

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

IMPUGNAÇÃO AO CÁLCULO APRESENTADO POR CONTADOR JUDICIAL

EMENTA

EXMO. DR. JUIZ DAVARA DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO, brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente, nos autos em que contende com, à presença de Vossa Excelência impugnar o cálculo apresentado pelo contador judicial. 1) O cálculo elaborado pela Contadoria Judicial, não considerou, "data venia", os padrões referentes aos salários mínimos em vigor em cada período objeto da condenação. 2) A taxa de juros utilizada não corresponde ao que a sentença de primeiro grau, neste tocante confirmada em grau de recurso, determinou, ou seja, 0,5% ao mês. 3) A correção monetária, ao que tudo indica, não foi aplicada plenamente, de acordo com os padrões legais. Note-se, para tanto, que a inflação de 70,28%, referente a Janeiro de 1.989, não consta dos cálculos ora impugnados, impondo sérias perdas ao montante da condenação. DOS PEDIDOS Ante o exposto, requer-se seja determinado à Contadoria Judicial que informe quais os padrões de salário mínimo utilizados na elaboração dos cálculos impugnados, bem como esclareça os critérios utilizados para cálculo de juros e correção monetária. Nesses Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB